

Inst. Bot. de Coimbra

Trabalhos
Prof. L. W.
CARRISSO
vt. 1, nº 5

DR. L. WITTNICH CARRISSO

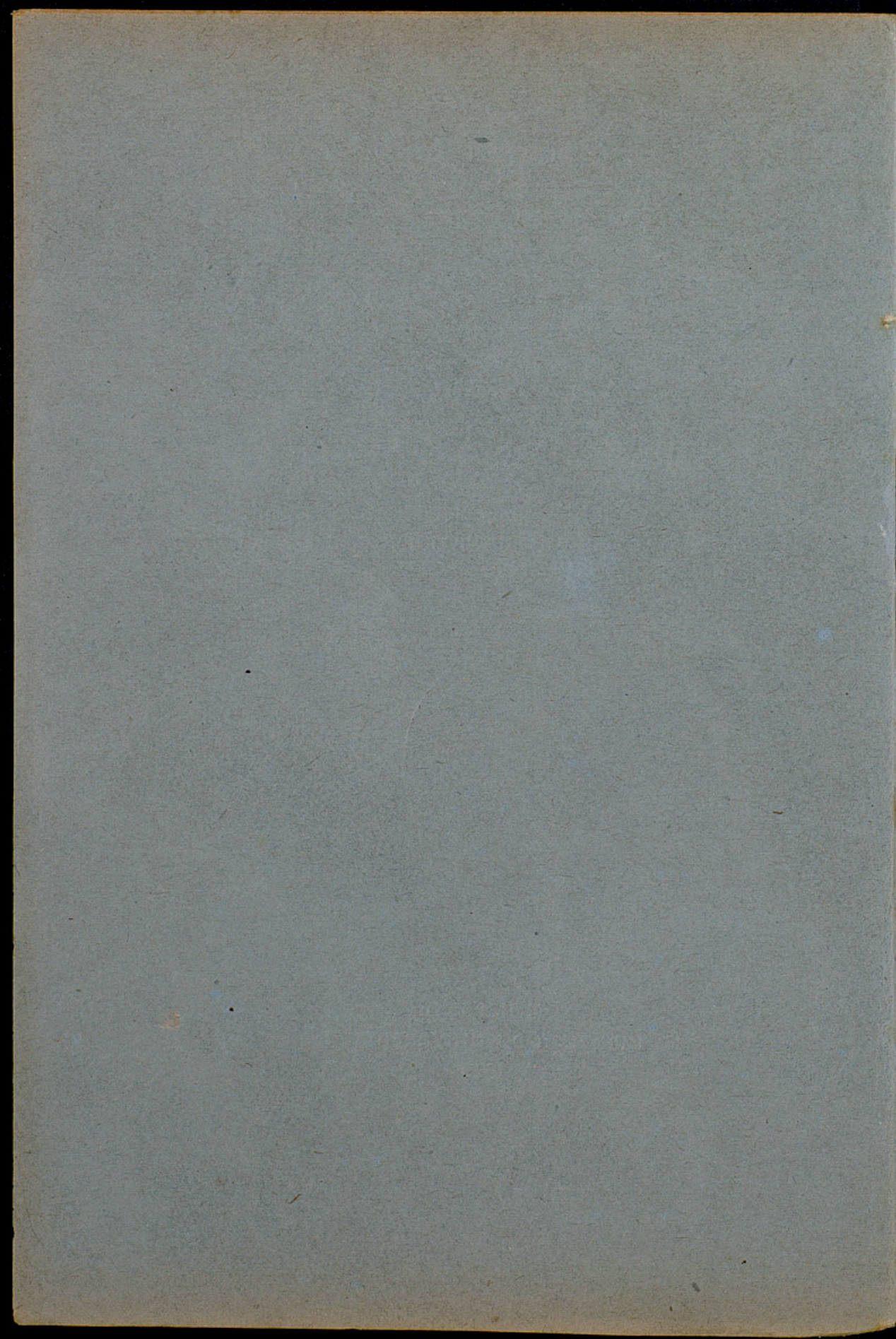
Prof. da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra

O PROBLEMA COLONIAL PERANTE A NAÇÃO

CONFERÊNCIA PROFERIDA
NA SALA DOS CAPELOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
EM 2 DE MARÇO DE 1928



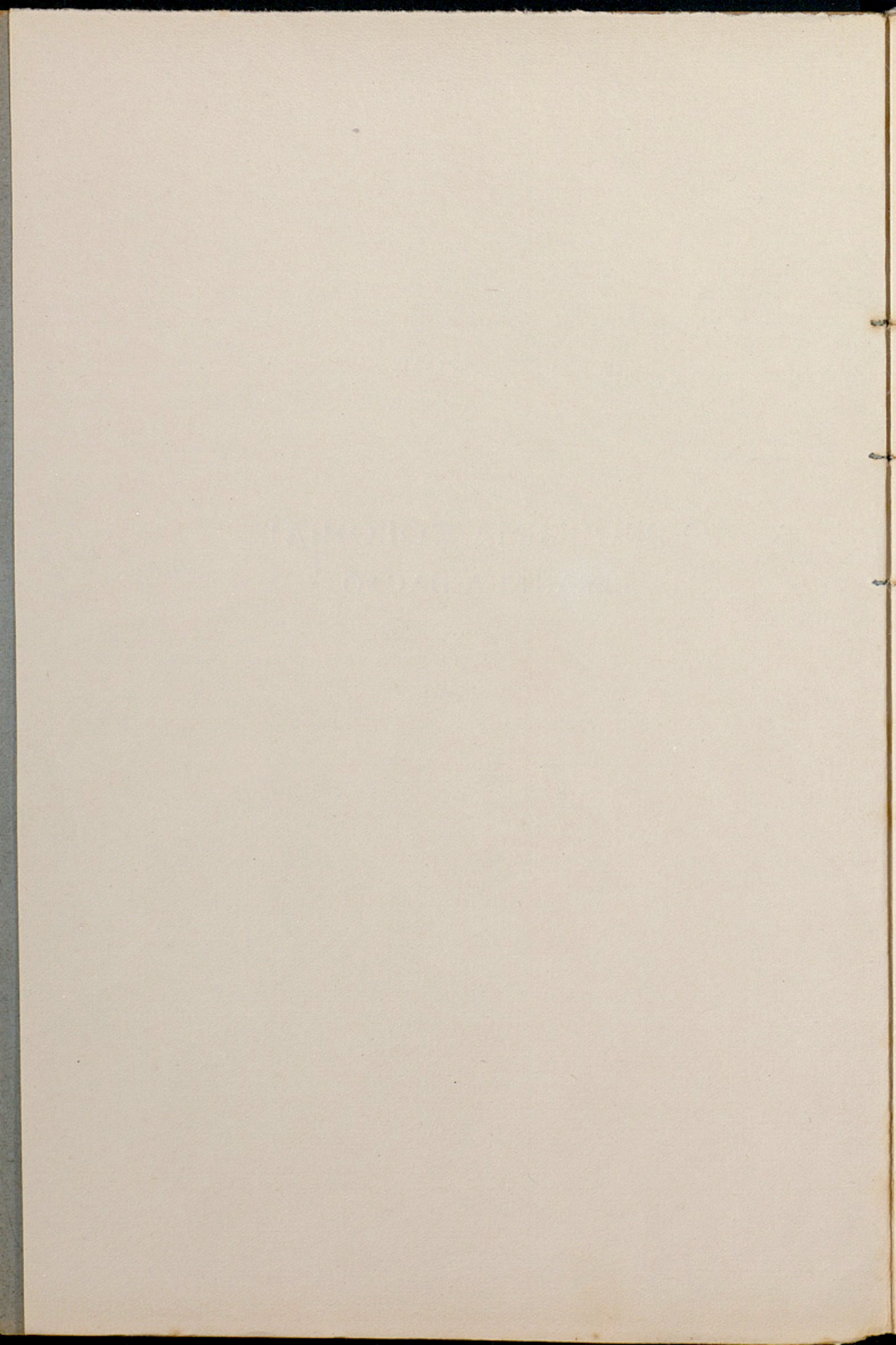
COIMBRÁ
IMPREENSA DA UNIVERSIDADE
1928



X690120609

O PROBLEMA COLONIAL
PERANTE A NAÇÃO



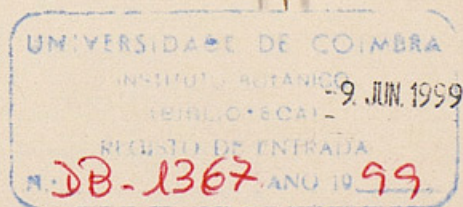


DR. L. WITTNICH CARRISSO

Prof. da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra

O PROBLEMA COLONIAL PERANTE A NAÇÃO

CONFERÊNCIA PROFERIDA
NA SALA DOS CAPELOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRÁ
EM 2 DE MARÇO DE 1928

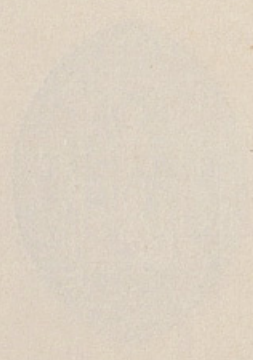


COIMBRÁ
IMPRESSA DA UNIVERSIDADE
1928



O PROBLEMA
COLONIAL
PARA A NAÇÃO

DEBATE



1952

À MOCIDADE PORTUGUESA

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

MEUS SENHORES :



QUEM percorre hoje a costa africana, com todo o confôrto dos modernos paquetes, e com tôda a segurança da moderna sciência da navegação, ajuíza bem, reportando-se às condições da época, já remota de alguns séculos, o que há de colossal e de formidável na nossa epopeia marítima. E quem percorre Angola, desde a costa até ao coração do maciço continente africano, tem a noção profunda do que foi ali a obra dos portugueses. Essa obra, se não ficou assinalada por padrões como aqueles que os navegantes erigiram ao longo da costa, ficou contudo bem vincada no espírito das populações africanas, e o prestígio que hoje envolve o nome português, não só

nas regiões sujeitas ao nosso domínio, mas em territórios onde a bandeira de Portugal deixou de flutuar já há mais de meio século, é disso a prova evidente.

Levada a efeito com uma tenacidade admirável, sem meios de acção, num clima hostil e depauperante, contra o qual não havia defesas, a obra que os nossos avós realizaram é de facto formidável, e deve-nos encher de orgulho.

Mas, para se sentir com tôda a intensidade a grandesa dessa obra, não basta ler os *Lusiadas*, e muito menos a História — sobretudo essa História que até há bem pouco era ensinada nas escolas, na qual o portentoso esforço da nossa nacionalidade era descrito como um rasgo de valentia, quási como uma fantasia provocada pelo espírito aventureiro dos portugueses.

Entalada entre o colosso espanhol e o mar, teria sido para êste lado que a nacionalidade, a transbordar de seiva exuberante, se teria lançado, na necessidade de proporcionar um objectivo às suas energias mal contidas, e de dar expansão ao excesso de vida que a animava.

Encarada desta forma, a nossa epopeia marítima e colonial apparecia-nos destituída de base scientifica: apparecia-nos como a obra de heróis, e não como a realização metódica de um plano grandioso, preparado e executado com aquellas qualidades de organização e de previsão, cuja falta hoje tão duramente sentimos, e tanto invejamos aos outros povos que actualmente desempenham na vida mundial um papel análogo, mas talvez mais restrito, do que aquelle que há quatro séculos nos pertenceu.

A nossa verdadeira História está hoje a fazer-se, e essa obra, de transcendente interesse patriótico, honra sobremaneira os seus autores. Mas, para se ter a noção exacta do que foi o esforço dos nossos maiores, não basta lê-la, nem adivinhá-la: é necessário percorrer essa costa africana, é preciso dobrar successivamente essa série de promontórios, que, a-pesar-de tantas deturpações sacrílegas, ainda ostentam um nome portuguez. É necessário pisar essa terra sagrada do continente negro, onde tanto sangue generoso se derramou, onde tanta vida se apagou em holocausto à obra da nacionalidade. E, só então — j digo-o por mim, porque

o senti! — despertam em nós sentimentos de ardor patriótico até então adormecidos, que nos fazem vibrar; e é então que temos, na sua plenitude, a verdadeira noção daquilo a que poderíamos chamar o verdadeiro sentido da nacionalidade portuguesa.

E, ai de nós! É então também que comparamos com uma pungente acuidade, a grandeza do passado à miséria do presente. É então que sentimos, nas verdadeiras proporções, as responsabilidades que sôbre nós impendem, e que nos são impostas pela obra gloriosa dos nossos precursores.

Mas, *sursum corda!* Se essas responsabilidades são tremendas, e a obra a realizar é ingente, não será de-certo êsse o motivo que nos há-de levar à capitulação. Pelo contrário: talvez esteja precisamente nessa grandeza quasi esmagadora o próprio princípio da vitória. No dia em que a nacionalidade se compenetrar de que é necessário agir, de que chegou o momento supremo de vida ou de morte, êsse dia há-de marcar o início do nosso ressurgimento, o início de um novo ciclo da nossa história, durante o qual, postas de parte as

questiúnculas mesquinhas que envenenam a vida nacional, e esquecidos ódios miseráveis que nos separam, a Nação, com os olhos fitos no grandioso objectivo que é a continuação da sua obra na História do Mundo, saberá lançar-se ao trabalho, dentro das normas de disciplina social que outrora teve, e animada dessa mesma fé que, nos tempos áureos, a levou pelos caminhos da vitória.

Meus Senhores. Tenho-me na conta de um homem de acção, e tenho a vaidade de me julgar capaz de realizar, dentro da modéstia das minhas possibilidades, uma obra determinada. Sou homem de trabalho, que ao trabalho vai buscar as maiores consolações da sua vida. E, se me permito, neste momento, estas referências pessoais, é apenas para definir com precisão qual o objectivo que pretendo, e qual o verdadeiro sentido das minhas palavras.

Não sou um vão declamador, que procura obter a simpatia do auditório fazendo vibrar a corda, sempre sensível, das grandezas do nosso passado. Não venho aqui fazer um discurso, pelo simples prazer de falar em público, versando um tema de êxito fácil e certo.

Mas tenho fé, e essa fé adquiri-a na minha vida de professor, em contacto com a mocidade do meu País; essa fé adquiri-a calcorreando as terras angolanas, vendo os mesmos horizontes e suportando o mesmo sol inclemente que tantos outros, que lá consomem e lá consumiram lentamente a sua vida. E essa fé de que me sinto possuído, entendo que a devo manifestar com tôda a energia de que sou capaz.

Revolto-me contra o espírito, infelizmente tão vulgar, de cómodo pessimismo, que, de cabeça baixa, aceita a derrota antes da luta, admitindo *a priori* que a raça, já exausta, sofre de irremediável dessoramento. Essa tese, que se presta admiravelmente a dar aparências de justificação a tanta vida inútil, que serve de capa a tantos ociosos e parasitas, essa tese representa uma autêntica vergonha, uma doença grave de que é necessário preservar a mocidade portuguesa.

Não! As capacidades da raça estão intactas, e os mananciais donde brotaram as poderosas individualidades doutros tempos jorram ainda a mesma água cristalina. Devemos ter fé em nós mesmos; e a fôrça indispensável para a

execução da obra, devemos ir hauri-la às lições do passado, e à compreensão das responsabilidades do presente.



Foi em 1482, há 446 anos, que o grande Diogo Cão aportou à foz do Zaire, onde colocou o padrão de São Jorge. Seguiu depois pela costa abaixo, atingindo o cabo de Santa Maria, um pouco ao sul da actual cidade de Benguela, onde colocou o seu segundo padrão, sob a invocação de Santo Agostinho.

Foi êsse o primeiro contacto que tivemos com a terra que é hoje a nossa riquíssima província de Angola.

Diogo Cão renovou a sua viagem anos depois, estendendo-se mais para o sul. Mas a ocupação do território começa pròpriamente com a segunda viagem de Paulo Dias de Novais, em 1575, e com a fundação da cidade de São Paulo de Loanda, levada a efeito no ano seguinte. Um pouco mais tarde, em 1578, parte para o Congo Duarte Lopes, que ali permaneceu 12 anos. Foi o primeiro explorador na-

turalista da África tropical; e as suas notabilíssimas observações são-nos conhecidas pelo relato que delas deu o italiano Pigafetta, que as ouviu da bôca do próprio Duarte Lopes. E seja-me permitido, de passagem, registrar o facto de, nesses tempos remotos, os Portugueses fazerem seguir de perto a ocupação dos territórios pelo estudo da sua história natural.

Já lá vão pois alguns séculos, que se iniciou a história de Angola, e que a nossa posse ali se vincou. E hoje, é triste confessá-lo, são muitos os Portugueses que dessa nossa possessão africana têm apenas uma noção vaga, associada à idea pejorativa de um lugar de degrêdo; Angola é para a maioria a *costa de África*, e esta expressão envolve um complexo de ideas imprecisas, dominadas pela evocação trágica do condenado a trabalhos forçados.

Porquê? É certo que durante os quatro séculos posteriores à época das descobertas, assistimos ao esfacelamento do Império da Índia, de que nos restam apenas uns resquícios, de interêsse histórico, e que o nosso antigo domínio dos mares há muito que passou para outras mãos. Mas não é menos certo

que, durante êsse lapso de tempo, a grande e orgulhosa Nação Brasileira se formou com o nosso sangue, que Moçambique se desenvolveu, e que, nos últimos 50 anos, fizemos de São Tomé uma colónia modelar.

¿Qual o motivo porque Angola, mais perto da Metrópole do que Moçambique, tão ou mais acessível do que o Brasil, foi postergada?

São várias, e de vária natureza, as razões dêste facto. É certo que a África, de contôrno pouco recortado, e quási desprovida de rios navegáveis, pelo menos a partir da sua foz, oferece reais dificuldades de penetração. Essa característica do continente negro verifica-se, agravada, na nossa Angola: a faixa costeira, inóspita e rebarbativa, estéril e insalubre, defende ciosamente o acesso do interior. São apenas dois os rios navegáveis, e êsses só até uma pequena distância da foz. Nada, ou quási nada, solicitava a atenção do colono; e o clima quási europeu dos planaltos pouco interêsse oferecia nos tempos passados, visto prestar-se pouco às culturas ricas dos países quentes, e a fraca densidade da população na Europa não exigir colónias de povoamento.

Por outro lado, de uma inexgotável riqueza em braços, Angola fornecia em larga escala a mercadoria humana, que vinha pelo seu próprio pé às feitorias do litoral, em levas sucessivas. Até à abolição da escravatura, Angola viveu, pode dizer-se, exclusivamente dessa transfusão de sangue, que representou para o Brasil o segrêdo do seu rápido desenvolvimento.

Angola era então, por assim dizer, uma sub-colônia do Brasil, único país com que mantinha relações freqüentes. Quando, em 1641, os Holandeses se apoderaram de Loanda, rechaçando os Portugueses para o interior, foi do Rio de Janeiro que partiu Salvador Correia de Sá e Benevides, com 900 homens de armas, para os expulsar.

Não posso deixar de fazer uma referência, ainda que fugaz, à verdadeira epopeia que foi, nesta ocasião, a resistência que ao Holandês invasor opôs o reduzido número de Portugueses que representava a nossa soberania em Angola. Desbaratados em Loanda, organizaram a defesa em Massangano, localidade do interior, naturalmente protegida pela confluência

dos rios Cuanza e Lucala. Aí se mantiveram durante 7 anos, lutando contra os invasores, contra o gentio revoltado, e contra um clima particularmente mortífero. Muitos sossobraram nessa luta desigual; mas a chama que os animava nunca se apagou, até que Salvador Correia veio acabar com uma situação que, a prolongar-se, poderia ter representado o desaparecimento da soberania portuguesa naquela parte da África.

Com a proclamação da independência do Brasil, seguida de perto pela abolição da escravatura, Angola sofreu um natural desequilíbrio económico. Estancaram-se-lhe abruptamente as fontes da sua economia. Passou então a viver dos recursos, bem magros, da agricultura e da indústria indígena. A actividade dos colonos, raros e dispersos, limitava-se ao fabrico do alcohol, ao comércio de troca, e pouco mais.

Assim se foi arrastando a Colónia, intensificando-se pouco a pouco as suas relações directas com a Metrópole, e tomando o comércio com o indígena cada vez maior amplitude.

A partir de meados do século passado, até

aos nossos dias, a actividade do Estado manifestou-se na progressiva occupação do interior da Província, realizada por meio de expedições militares, e de explorações com o carácter scientifico e politico. Silva Pôrto, Capelo e Ivens, Serpa Pinto, Henrique de Carvalho, para citar apenas os mais notáveis, levaram a efeito audaciosas viagens de penetração, algumas das quais atingiram a *contra-costa*. A exploração puramente scientifica também se desenvolveu; devem ser lembrados os nomes de Frederico Welwitsch, José de Anchieta, Joaquim João Monteiro e Sisenando Marques. Welwitsch, o grande botânico austriaco contratado pelo Governo portuguez para o estudo fitografico de Angola, merece aqui uma referênciã especial. Por lá andou, de 1853 a 1861, e os seus memoráveis trabalhos constituem um monumento scientifico de primeira grandeza. Além de Welwitsch, outros estrangeiros colaboraram naquilo a que poderemos chamar a occupação scientifica da Província; e não posso neste momento recalcar uma reflexão amarga, ao reconhecer que, neste capítulo, nós Portugueses devíamos ter feito mais do que fizemos, e que,

em Angola como nas outras colónias, a investigação científica portuguesa não se afirmou como devia.

E não foi só neste campo que a nossa actividade foi deficiente. Em 1885, do Congresso de Berlim, saiu constituído o então chamado Estado Independente do Congo, englobando territórios aos quais tínhamos incontestáveis direitos históricos; e em 1891, depois dos incidentes diplomáticos cujo amargor nós ainda sentimos, o tratado com a Inglaterra veio desfazer o chamado *mapa côr de rosa*, que presupunha a continüidade da soberania portuguesa através do continente, estabelecendo-se a ligação territorial entre Angola e Moçambique.

Mas o que lá vai, lá vai, e, mesmo mutilado, o Império colonial português ainda constitue um conjunto grandioso. Não será de-certo por falta de espaço que nós deixaremos de cumprir a nossa missão histórica.



Nêste quadro que estamos fazendo, a traços muitos largos, da história angolana, há um factor a considerar, que, pela sua função dissolvente, exerceu sempre, como exerce ainda hoje, um papel profundamente nefasto no desenvolvimento social da Província.

Angola, a *costa d'África*, foi sempre a terra de degrêdo, e ainda hoje o é. Emavas sucessivas, a Metrópole tem para lá lançado o seu lixo social, afirmando tácitamente que aquella terra é maldita, só própria à relogação dos seus filhos espúrios.

Como é natural, estas constantes injeções de sangue gafado, que lá fica na inevitável descendência, têm as mais perniciosas consequências. A própria presença do galeriano é deprimente e vexatória para o colono ou para o funcionário que com êle trabalha quási ombro a ombro. Pisam ambos a mesma terra, moirejam ambos na mesma labuta, castigados pelo mesmo sol; e todos se sentem condenados, mesmo aqueles que o não são, e todos sentem

no peito a mesma ânsia de libertação, a mesma ânsia de fugir para longe daquela terra de castigo. E, na Metrópole, compreende-se bem como a expressão *a costa d'Africa*, evocando visões trágicas de tortura e de expiação, tenha penetrado tão fundo na mentalidade do nosso povo, prejudicando tôdas as tentativas de desvio da corrente emigratória para Angola: a massa emigrante nunca poderá ver uma Terra de Promissão, na terra que sempre conheceu como terra de degrêdo.

Outro facto há ainda a apontar, neste rápido bosquejo da história angolana, e que aqui tem o seu cabimento. É o que se refere à actividade missionária.

Data de 1490 o início do nosso apostolado em terras africanas de além equador, tendo-se então instalado a primeira missão de franciscanos em São Salvador do Congo. De então para cá, até à sua decadência, que se acentuou no decorrer do século XVIII, as Missões religiosas desempenharam na colónia incipiente um papel de primeira grandeza.

Infelizmente, neste capítulo também, não podemos deixar de comparar com amargura a mi-

séria do presente à grandeza do passado. Não me permitiram as condições da minha viagem estudar de perto esta questão. Mas sei que vi ruínas, em pontos onde a actividade missionária outrora florescia em obras sublimes, que, por serem religiosas, não deixavam de ser profundamente portuguesas. Nesse campo, que nós cultivámos com tanta fé, e que hoje deixamos em pousio, as missões estrangeiras desenvolvem-se e prosperam. Não quero dizer que essas Missões estejam animadas do propósito de realizar a obra anti-nacional, de que por vezes têm sido acusadas; tive até ocasião de verificar o contrário, na missão Evangélica de Luma-Cassai, onde recebi, durante alguns dias, uma generosa hospitalidade. Mas isso não impede que o nosso coração se confranja, ao vermos que um espírito de estreito sectarismo nos leva a entregar a estranhos, e em nossa casa, aquilo que a nós nos compete, e que representa uma das formas mais activas, mais nobres e mais eficazes da função colonial.

Nos tempos recentes, a vida angolana sofreu mais alguns duros golpes. A proibição do fa-

brico do alcool, em 1911, medida que se impunha pelos mais variados motivos, veio lançar uma grande perturbação na vida económica da Província. E a ruína do comércio da borracha indigena, que não podia concorrer nos mercados com o produto similar proveniente doutras regiões, onde a cultura das plantas borrachíferas e a preparação da matéria prima era feita segundo processos scientificos, foi outro golpe, e não menos sensível. Juntamente com a ruína, pode dizer-se completa, dêste importantíssimo ramo de comércio, começa a desenhar-se uma crise mais extensa: a do comércio de todos os outros produtos da actividade indigena, vencidos nos mercados europeus e americanos numa luta, que as deficiências da sua preparação tornavam desigual.

Mas, a-pesar desta crise, e dos desregramentos financeiros que a vieram complicar, a Província de Angola, lentamente, é certo, mas com segurança, entrou na via do progresso. Foi essa impressão que colhi, numa permanência de perto de seis meses, tendo visitado as mais variadas regiões da Colónia, desde a costa até às margens do Cassai. A antiga

Angola, cuja economia se baseava quasi exclusivamente na exploração commercial do trabalho espontâneo do indígena, essa está agonizante: no seu lugar aparece-nos uma nova Angola, que avança com passos hesitantes, mas sorrindo para um futuro que se lhe afigura certo: a Angola agrícola e industrial, vasto campo de trabalho fecundo e proficuo. E os antigos comerciantes, que, à fôrça de energia, resistiram à crise, já não dizem irònicamente como outrora que *a agricultura é a melhor forma de empobrecer honradamente*, e muitos dêles, com uma compreensão nítida da marcha dos fenómenos económicos, estão-se voltando para a terra, como fonte única que é de uma vida económica sã e perdurável.

Mas, muito há a fazer, e hoje, que a Terra já começa a ser pequena para a humanidade sempre crescente, é necessário andar depressa. É urgente chamar a atenção do País para a vida colonial, e levantar as Províncias Ultramarinas à altura do objectivo máximo da nossa actividade.

Num exemplar de um jornal, o *Diário de Noticias*, publicado em New-Bedford, e que por

acaso me veiu parar às mãos, vi que só nessa cidade americana, relativamente pequena, a colónia portuguesa é de 35.000 almas. Em Fall-River, outra pequena cidade próxima, o número de portugueses é de 30.000. ¡E em tôda a Angola, com a sua área da 1.256.000 quilómetros quadrados, há apenas 32.000 brancos! Assim estamos nós, Portugueses, dispersando e diluindo loucamente o nosso sangue, trabalhando como hóspedes em terras estranhas, abandonando às cubiças internacionais as terras portuguesas de além mar, que representam alguns séculos de esforços portentosos e de sacrifícios heróicos.

E, convém afirmá-lo aqui, a tão decantada riqueza de Angola não é um mito, é um facto. Não que lá se encontre a lendária árvore das patacas, essa miragem que, a-pesar-da sua infantilidade, arrastou tanta gente para o Brasil. Mas Angola reúne um complexo de qualidades que a torna talvez a região mais interessante da África, para além do equador. Possui os melhores portos — para não dizer os únicos — de tôda a costa ocidental. Debalde se podem procurar, no resto da costa, baías como as dos

Tigres, de Pôrto Alexandre, do Lobito, de Loanda, e um rio, como o Zaire, cuja foz se preste ao estabelecimento de um pôrto commercial. A zona costeira, nas partes susceptíveis de irrigação, dá algodão, óleo de palma e açúcar; a região sub-planáltica, o bordo do grande planalto, larga faixa que se estende de norte a sul, a uma distância variável do litoral, dotada de um clima quente e húmido, é uma região de grande riqueza, onde prosperam o cafezeiro e a palmeira dem-dem, de cujos frutos se extrai o óleo de palma. Podemos considerar como pertencendo a esta zona o enclave de Cabinda, coberto em grande parte pela colossal floresta do Maiombe, repositório inexgotável de madeiras. Além do cafezeiro e da palmeira do óleo, Cabinda tem ainda a cultura do cacoeiro, que lá se desenvolve admiravelmente. E a região planáltica, se, em grande parte, se não presta a estas culturas tropicais, tem milho, tem trigo, tem hortaliças de tôda a espécie, tem gados em manadas de milhares, tem diamantes em barda, e, acima de tudo, tem um clima em que os rigores solares são mitigados pela altitude, permitindo que o branco se en-

tregue sem inconvenientes a uma vida de trabalho normal. Complexo êste de condições magníficas e até certo ponto complementares, que não é fácil encontrar em qualquer outra região da África.

Hoje, tôda a Província está completamente sujeita à dominação portuguesa, e o gentio abandonou tôdas e quaisquer veleidades de revolta. De resto, com as facilidades de comunicação que admirável rêde de estradas permite, qualquer insubordinação que viesse a desenhar-se seria ràpidamente circunscrita e dominada. Circula-se hoje por tôda a parte com facilidade e segurança; além das estradas, há vias férreas excelentes, e serviços telégrafo-postais muito razoáveis. Há alguns milhões de braços disponíveis para o trabalho; e a constante melhoria das condições sanitárias gerais, promovida por serviços de saúde modelares, leva-nos a crer que essa massa trabalhadora indígena, absolutamente indispensável à Província, há-de aumentar de futuro. Angola constitue, pois, não só um vasto campo onde a actividade dos Portugueses se pode expandir, mas, mais ainda, um campo em que o principal está

feito para que essa expansão se realize sem peias nem entraves.

Mas — infelizmente há um — *mas*, e êste é grave. A ideia, muito vulgarizada, da conveniência de desviar para Angola a corrente emigratória que segue para o Brasil, resolvendo por essa forma o problema do povoamento da Província, não pode ser aceite sem crítica. Essa corrente representa apenas, e infelizmente, só braços. E, em Angola, os braços não são precisos: as disponibilidades indígenas satisfazem as necessidades presentes, e estou certo que as futuras também, como já afirmei. Mais ainda: o emigrante branco, que leva consigo como único capital a capacidade de trabalhar, não pode concorrer nesse campo com o indígena, menos exigente e mais bem adaptado ao clima. O trabalhador branco fica vencido nessa luta desigual, e, ou se entrega ao comércio mesquinho de exploração do preto, ou vai engrossar as fileiras dos desgraçados sem eira nem beira — passando em qualquer dos casos a representar um elemento pernicioso, acabando por fim numa cafrealização mais ou menos completa.

O desvio dessa corrente emigratória é, pois, uma questão muito delicada, que, a não ser bem conduzida, pode provocar resultados negativos ou mesmo contraproducentes.

Tem aqui cabimento uma referência às tentativas de colonização do planalto da Huíla, no decorrer do século passado, particularmente à fundação das povoações de Lubango, hoje Sá da Bandeira, São Pedro da Chibia e São Januário da Humpata, com colonos madeirenses. Esse ensaio, começado em 1884, fraccassou em grande parte pela falta de organização, e pelo pouco cuidado que houve na escolha dos colonos. Mas, a-pesar-dêsses defeitos, alguma coisa ficou, e hoje encontramos nessa região, cujo clima é duma doçura justamente apregoada, uma população perfeitamente fixada e caracteristicamente portuguesa. As qualidades de resistência e de adaptação do português deram aqui mais uma prova: e, a-pesar-das vicissitudes por que passou, pode dizer-se que a obra de colonização da Huíla venceu. O mesmo se poderá dizer da florescente e aprazível cidade de Mossâmedes, fundada em 1849 com colonos originários do Brasil.

Mas o que Angola precisa, e que nós devemos procurar mandar-lhe, são capitais, e colonos armados de uma conveniente preparação técnica e moral. Temos alguns milhões de hectares a desbravar, e alguns milhões de pretos a civilizar; e essa obra só se faz com dinheiro, e com elementos socialmente superiores, preparados por forma que não só resistam ao meio, mas ainda actuem sôbre êle, modificando-o.

É aqui, meus Senhores, que está o aspecto grave do problema, aquele *mas* a que há pouco aludi. Para resolvermos o problema colonial, para continuarmos essa expansão da nossa raça que constitui o objectivo histórico da Nacionalidade, precisamos de exportar para as nossas terras de além mar precisamente aquilo que nos falta na Metrópole: capitais e homens com preparação moral e técnica.

Visto desta forma, o problema colonial funde-se no problema mais vasto da educação nacional, de que passa a ser apenas um aspecto. E eis-nos levados pela observação dos factos e pela sua apreciação crítica, frente a frente com o problema máximo, fundamental,

da nossa Nacionalidade: o problema da educação.

Sou professor, e tenho a honra de estar falando na Sala Nobre da Universidade, que tem acompanhado, quási desde o berço, e através das vicissitudes da sua História de oito séculos, a Nacionalidade Portuguesa. E tenho a honra de ter no meu auditório colegas meus, isto é, companheiros de trabalho na dura labuta do ensino, e estudantes portugueses, lídimas esperanças do futuro da Pátria, que lhes há-de ficar devendo, estou certo disso, dias mais felizes do que aqueles que ùltimamente tem contado. E assim quere-me parecer que o local e o momento são próprios para, como remate às considerações que tenho expandido, me referir àquilo que considero a questão fundamental da Nacionalidade: a questão da educação, dando a esta palavra o seu sentido mais lato.

Não é só o problema colonial que se integra no problema mais geral da educação, como há pouco disse. São todos os aspectos da nossa atribulada vida política e social, é a desordem da rua, filha da desordem dos espíritos, é a

falta de respeito, na familia, e de civismo, na vida pública.

Repito o que já afirmei: estou convencido de que a nossa raça tem ainda hoje, sob a forma potencial, a mesma capacidade de que outrora deu tão brilhantes provas. A matéria prima, que, há alguns séculos, produziu essa notável florescência de heróis, de artistas e de sábios, de que nos orgulhamos, existe ainda, com as mesmas qualidades intrínsecas. E afirmo mais, animado por uma íntima convicção, que, se essas qualidades hoje se não manifestam, isso deve imputar-se exclusivamente à nossa educação pervertida, que começa os seus efeitos perniciosos na familia, que continua a sua acção nefasta nas escolas, e, de um modo geral, nas mil sugestões do nosso desgraçado meio social.

Esta afirmação não é gratuita, e parece-me que não é difficil esteiá-la em argumentos de vária ordem.

Durante a minha viagem em Angola, tive occasião de conhecer alguns colonos estrangeiros, particularmente alemães. ; Que differença, que enorme differença êles revelavam,

no que se refere à cultura do espírito, com o português! Uns eram antigos oficiais do exército, que, abatidos aos efectivos, tinham resolvido o problema da sua vida expatriando-se; outros eram técnicos, com uma sólida preparação. Encontrei até um autêntico príncipe, aparentado com a casa imperial: um verdadeiro fidalgo, do mais fino trato. Estava procedendo a vastas plantações de café, assistido de um agrónomo. Vivia numa cubata, como as do gentio, mas de maiores dimensões. Nada tinha de notável, exteriormente, esta cubata; mas quem transpusesse a porta, ficava atónito, como eu fiquei, com o gosto e com o conforto com que tudo estava arranjado. Almofadas, tornando confortável um banco, num recanto; quadros, na parede, livros numa estante: disso tudo me recordo. Esta instalação era, aliás, provisória; pois na colina ao lado, num ponto saudável e arejado, estava o principesco colono construindo uma magnífica casa, ampla e adaptada às condições do clima. A princesa aguardava, na sua pátria, que essa casa estivesse concluída, vindo então para junto do marido, aceitando de boamente a perspectiva

de uma vida de trabalho, no sertão africano, longe de tudo e de todos. E foi o próprio príncipe que, tomando conta do volante da *camionette*, com a maior simplicidade, como se fôra um simples *chauffeur*, nos levou pela estrada já aberta, a dar uma volta pela concessão.

; Que diferente que é o colono português, na sua grande maioria! Saído da terra natal, sem qualquer preparação, desprovido, por via de regra, de capital, lança-se ao trabalho com a firme tenção de vencer, enriquecendo. Instala-se pouco mais ou menos como um preto. ; Conforto? Nunca o teve, não o aprecia, e, ansioso de amealhar dinheiro, recua diante de qualquer despesa que julgue supérflua. Por via de regra, não lê; não sente a necessidade de uma revista, ou de um simples jornal, que lhe venha quebrar um pouco o isolamento, dando-lhe a ilusão de um contacto com o mundo civilizado. Família? Se a tem, deixa-a na terra, e entrega-se à concubinação com a mulher de côr, resvalando pouco a pouco no rebaixamento a que essa situação inevitavelmente arrasta. Sem a resistência moral que só a cultura pode dar,

longe de actuar sôbre o meio, é absorvido por êle.

¿Mas êste triste confronto, o que revela? A-pesar-das condições tão deficientes em que é lançado para o meio colonial, o português resiste, e muitas vezes vence. ¿E nós ficamos pensando que admirável colono êle não seria, se além das suas qualidades naturais, espontâneas, estivesse armado de cultura moral e técnica!

Outro facto, ainda. É sabido que, no Congo Belga, o comércio de retalho, e parte do comércio por grosso, está, de um modo geral, nas mãos de portuguezes. Foi muito rápida, a minha digressão ali; mas foi suficiente para me deixar a impressão nítida de que os commerciantes lá estabelecidos estavam mais prósperos do que os seus colegas angolanos. Os próprios estabelecimentos comerciais revelavam outro gôsto, outra limpeza. Sentimos que *estamos no estrangeiro*, frase essa que tantas vezes ocorre ao espírito, quando, além fronteiras, observamos, nos mais variados aspectos e nas mais insignificantes particularidades, pequenas demonstrações de ordem, de confôrto, de bom gôsto e de boa disciplina social. ¿Serão apenas

razões de ordem económica, que determinam a diferença a que acima aludimos? ¿Não será antes porque, trabalhando dentro dos quadros sociais belgas, os portugueses recebem do meio uma influência, que até certo ponto vem suprir a preparação que o ambiente português lhes negou?

¿E os milhares de portugueses que exercem a sua actividade nos Estados Unidos? Muitos saem vencedores, dessa luta pela vida que lá é particularmente áspera e violenta. E, quando regressam à Pátria, vêm, segundo a frase pitoresca que uma vez ouvi, *encadernados de novo*. Com hábitos de higiene e de confôrto, com uma mentalidade sensivelmente diferente, êsses *brasileiros d'America* nem sempre conseguem readaptar-se ao seu antigo meio.

Mas, a favor da minha tése, há ainda um argumento, e de pêso. Quero referir-me à florescente Nação Brasileira, que representa, na verdade, uma obra de colonização colossal, de que nos podemos orgulhar. Fomos nós quem fêz o Brasil: o sangue que corre nas veias dos brasileiros é português, legítimo, e com razão os podemos chamar, desvanecida-

mente, nossos irmãos de raça. E é ainda com justificado orgulho que nós, portugueses, assistimos ao brilhante desenvolvimento dessa juvenil nacionalidade: são ainda as qualidades da raça, que, em quadros sociais diferentes dos nossos, estão florescendo em prosperidades de tôda a ordem.

Não me parece pois ousadia afirmar que as nossas qualidades permanecem intactas, e que, à semelhança do velho Atlas, os Portugueses ainda têm hoje, como tiveram outrora, ombros capazes de suportar o pêso do Mundo. Mas essas peregrinas qualidades estão prejudicadas, e gravemente, por uma péssima educação, cujos efeitos perniciosos se revelam nas mais variadas manifestações da nossa vida familiar e social. Temos, — tôda a gente o sabe — mais de 70% de iletrados. Mas não é isso que me assusta. O que me apavora são os 100% de mal educados. E, o que para mim representa, sobretudo, a explicação da miséria do nosso estado presente, é que essa má educação se verifica particularmente nas classes socialmente mais influentes. Não temos *élites*, ou antes, essas *élites* não têm estado à altura da sua missão.

Sem ideais, sem fé, sem a compreensão da sua função social, a sua actividade descambou no tumulto e na desordem.

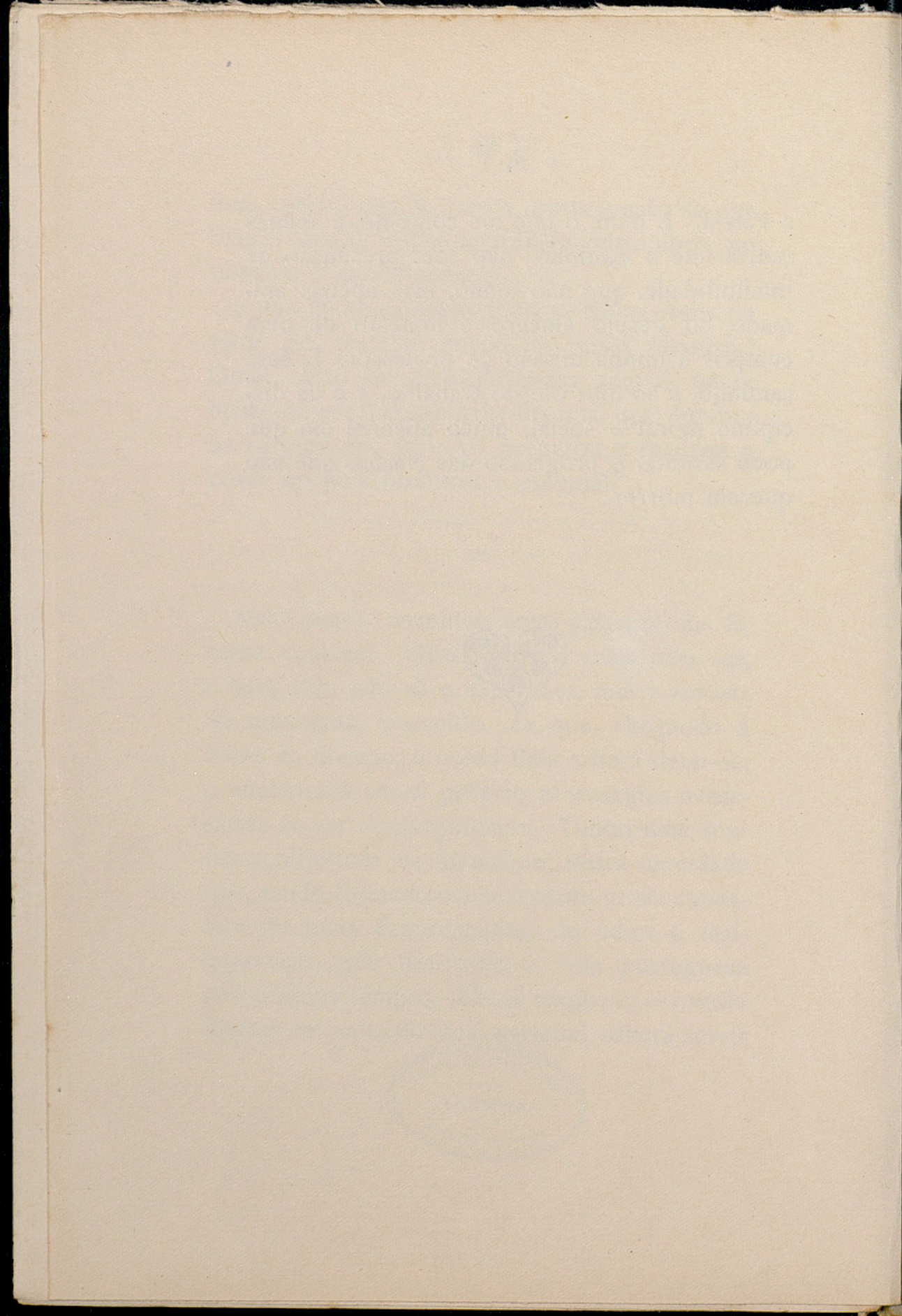
¡Que longe estamos, debaixo dêste ponto de vista, do período áureo da nossa História! Onde estão os representantes actuais dêsse brilhante escol de homens ilustres, que durante os séculos XIV, XV e XVI preparou e realizou a nossa epopeia marítima e colonial?

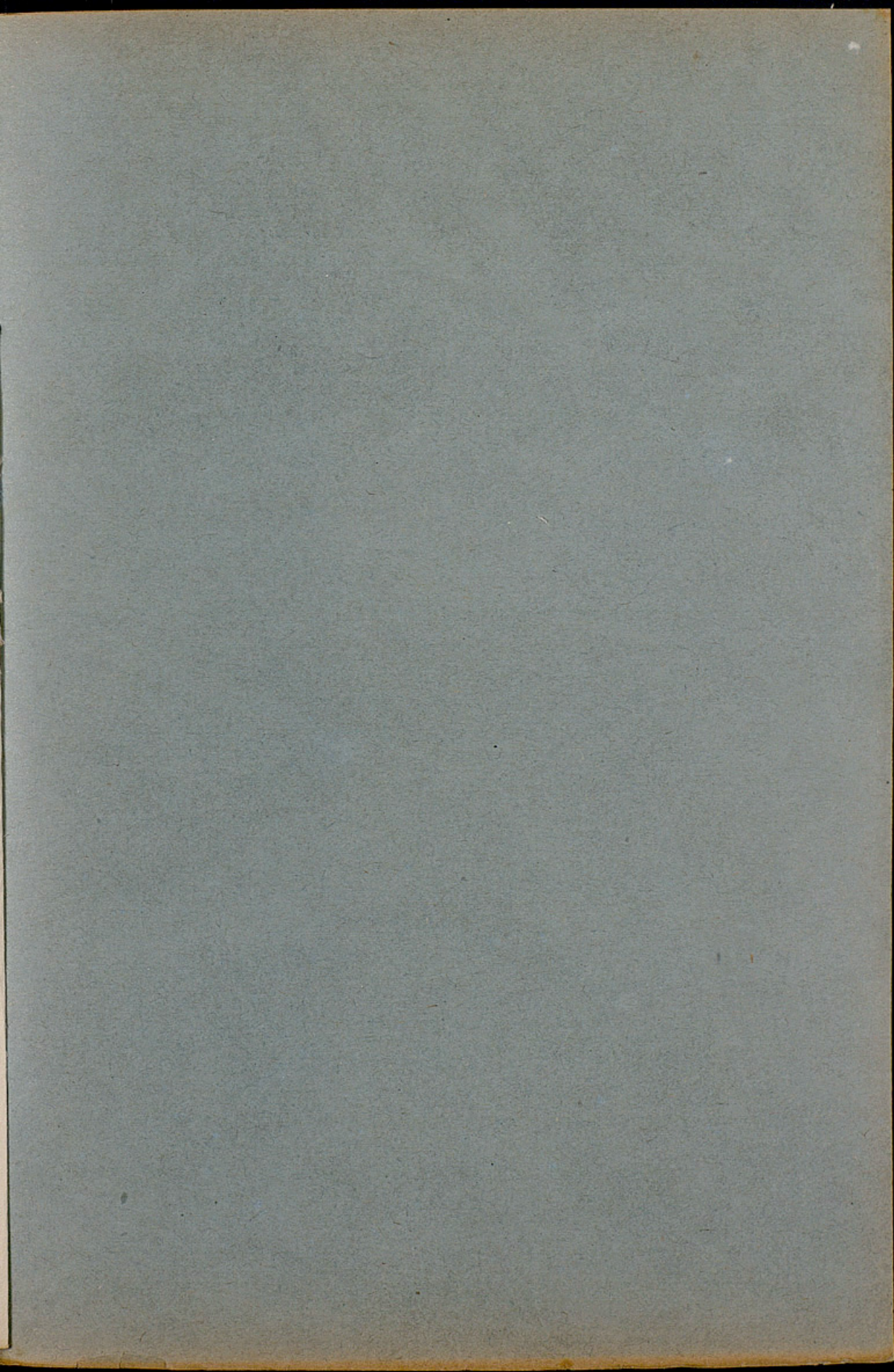


Mas quero terminar com palavras de fé, como comecei. Quero afirmar mais uma vez, e bem alto, não só a esperança, mas a certeza de que estou possuído, de que, chegando à beira do abismo, o nosso País saberá deter-se, e encontrará em si próprio as energias necessárias ao seu ressurgimento. Tenho uma confiança ilimitada na mocidade; nessa mocidade que, tendo formado o seu espírito nessa atmosfera de lutas desordenadas, de ódios e malquerenças, que tem sido a vida portuguesa dos últimos tempos, saberá reagir, e, cerrando fileiras em volta do ideal nacional, saberá servir

a Pátria. A mim, o que me compete, é apenas indicar-lhe o caminho; não com presunção de infalibilidade, que não tenho, mas apenas animado do desejo sincero e honesto de bem cumprir a minha missão de professor. E, êsse caminho, é só um: é o do trabalho, e o da disciplina moral e social, único alicerce em que pode assentar o progresso das Nações que não querem morrer.









UNIVERSIDADE DE COIMBRA
Departamento de Botânica



1322547583